COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.963, DE 2002

(Apenso o PL nº 7.345, de 2002)

Institui diretriz sobre a obrigatoriedade de implantação de programas de racionalização do uso da água.

Autor: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME

Relator: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

I - Relatório

O projeto de lei sob exame tem em vista determinar aos Municípios princípios para adoção de “programas de racionalização e normas de utilização de equipamentos que economizem água nas edificações”.

A proposição prevê a progressiva substituição, em toda edificação, dos equipamentos hidráulicos tais como pias, registros para chuveiros, bacias sanitárias, entre outros, por equipamentos que proporcionem economia no consumo de água em seu uso. Dispõe sobre a obrigatoriedade dessa providência para os Municípios com mais de cinquenta mil habitantes e para todos os que se incluírem nas regiões metropolitanas. Prevê o impedimento a que se façam transferências voluntárias de recursos da União e dos Estados, sejam concedidas garantias de outro ente federativo em casos de financiamento por agência internacional ou sob a gestão de instituições federais. Diz competir ao Município “no âmbito da respectiva jurisdição” suplementar a lei “em atendimento às peculiaridades locais”. E, estabelece, por fim, que os Conselhos

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Estaduais de Recurso Hídricos poderão dispensar do cumprimento da lei nos Municípios que não apresentem risco de escassez de água.

Como apenso consta o PL nº 7.345/02, do mesmo autor, que reproduz quase que integralmente o projeto mais antigo, exceto na atenção às edificações não residenciais de uso coletivo (escolas, hotéis, etc.), em razão do seu maior aprofundamento na previsão de detalhes sobre os equipamentos e projetos hidráulicos nas construções.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano, em pronunciamento anterior, manifestou-se pela aprovação do apensado e pela rejeição do principal.

Examinados ambos os projetos pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, rejeitou-se o principal e o apensado teve aprovação, mediante parecer vencedor, vindo agora a esta Comissão Permanente de Constituição e Justiça e Cidadania para manifestação sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, além do mérito, de acordo com as competentes disposições regimentais.

II- Voto do Relator

A matéria substantiva de que tratam as proposições em exame diz respeito, em última análise, à gestão de águas, embora prevendo regras que se aplicam a normas de edificação e construção de prédios em áreas urbanas. Isto fica claro da disposição contida no artigo 1º do PL nº 6.963, de 2002, e no artigo 1º do PL nº 7.345, de 2002.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe competir à União legislar privativamente sobre águas, direito civil e sobre normas gerais de licitação e

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

contratação pelo Poder Público, para as administrações públicas, diretas, autárquicas e fundacionais, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e para empresas públicas e sociedades de economia mista, ex vi do art. 37, XXI, e do artigo 173, parágrafo primeiro, da Lei Maior.

Prevê, ainda, a Constituição, ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção do meio ambiente como ainda o combate à poluição em qualquer de suas formas, e igualmente ser competência concorrente desses mesmos entes da Federação legislar sobre direito urbanístico e defesa dos recursos naturais. Sistemáticamente, há previsão constitucional para a União instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, com definição de critérios de outorga de direitos para uso destes, e diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação e saneamento básico, conforme artigo 21, inciso XIX e XX, da Magna Carta.

Em conseqüência, foram editadas, a seu devido tempo, as Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183, da Constituição Federal, e estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências

Durante a tramitação da proposição ora analisada, houve apreciação de aspectos de constitucionalidade do tema, objeto da iniciativa legislativa, conforme Voto do eminente relator João Alfredo, **vencido, no entanto**, pelo Parecer redigido pelo Deputado Leonardo Monteiro, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Na oportunidade, o ilustre parlamentar mencionou como competência municipal, entre outras, "*legislar sobre assunto de interesse local, prestar*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

serviços públicos de interesse local e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, de parcelamento e da ocupação do solo urbano". Sob esse aspecto específico, não importando a rejeição do Parecer vencido, cabe espancar eventuais dúvidas a esse respeito, em sede desta Comissão Permanente de Constituição e Justiça e Cidadania.

Este Relator considera como não compreendida pela exclusiva competência municipal a matéria atinente à gestão de recursos ambientais, mormente a componente hídrica, seu uso e aproveitamentos. A edição da Lei nº 9.433, de 1997, instituindo a Política Nacional de Recursos Hídricos, consoma a competência da União para o estabelecimento de normas relativas aos direitos de uso dos recursos hídricos e a condição dessa outorga e uso, aos fundamentos que o artigo 1º da Lei no. 9.433, de 1997, estabeleceu:

I – a água é um bem de domínio público;

II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III – em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. "

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Ao dispor que “*Constitui diretriz para o desenvolvimento urbano o estabelecimento pelos Municípios de normas para utilização de dispositivos e equipamentos que propiciem a economia de água nas edificações e de programas de racionalização do uso da água no meio urbano*”, oferece a proposição legislativa em comento adequadas condições para que se realize a autonomia municipal, ao facultar-lhe como e onde se imporá a utilização de dispositivos e equipamentos que propiciem o uso racional e adequado aos limites já existentes sobre os recursos hídricos.

Ainda tendo em vista a constitucionalidade da proposição examinada, cabe lembrar o que se encontra disposto a respeito da competência concorrente entre União, Estados e o Distrito Federal, na defesa dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, como resulta do artigo 24, e parágrafos primeiro a quarto, da Constituição da República Federativa do Brasil. Por conseguinte, o estabelecimento, enquanto diretriz para desenvolvimento urbano, de normas determinando a utilização de dispositivos e equipamentos que propiciem economia de água nas edificações e racionalização do uso dos recursos hídricos no meio urbano, é notadamente constitucional.

Especificamente quanto à técnica legislativa, observa-se, no artigo 2º, que relativamente à condicionante para a adoção futura dos meios tecnológicos e de projetos hidráulicos, que se quer adotar como diretriz para o desenvolvimento urbano, poderia haver impropriedade na utilização da nomenclatura “edificação não residencial de uso público”. Essa preocupação manifesta-se com base na letra do parágrafo 1º, do artigo 2º, por suscitar ambigüidade ao referir-se a bens tanto particulares quanto dominiais como “edificações de uso público”, diante da classificação adotada pelo Código Civil brasileiro para bens públicos, no seu artigo 99, em oposição aos bens de particulares. Optamos, assim, por utilizar a nomenclatura de “edificações não residenciais de uso coletivo”, no substitutivo ora apresentado em anexo, com o que esperamos dirimir eventuais dúvidas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Cabe ressaltar, afinal, que o substitutivo, a esta altura do processo de tramitação da matéria, possui ainda o vantagem de conciliar, do ponto de vista de conteúdo, os posicionamentos das Comissões de Desenvolvimento Urbano e de Meio Ambiente, dada a superposição normativa em que os dois órgãos de certo modo incorrem e que resultaram na preferência de cada qual por projetos de lei diferentes, o que conflui para o entendimento da conveniência e da oportunidade da solução por nós adotada, aproveitando a experiência e o resultado das discussões anteriores.

Diante do exposto, opinamos pelo atendimento dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica jurídica deste (PL n° 6.963, de 2002) e do projeto de lei apensado (PL n° 7.345, de 2002), ambos da autoria do ilustre Deputado Federal Mendes Thame, e ainda do substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e pela aprovação de todos eles quanto ao mérito, embora o façamos, na forma do substitutivo anexo, o que submetemos ao exame dos ilustres pares desta Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação e deliberação.

Sala da Comissão, em de agosto de 2009.

Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

PROJETO DE LEI N.º 6.963, DE 2002

(Apenso o PL n.º 7.345, de 2002)

Institui diretriz sobre a obrigatoriedade de implantação de programas de racionalização do uso da água e da utilização de dispositivos para o controle e a redução do consumo de água em edifícios residenciais de uso coletivo, e dá outras providências

Autor: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME

Relator: Deputado ANTONIO CARLOS PANUNZIO

Art. 1º. Constitui diretriz para o desenvolvimento urbano a adoção de normas compulsórias para adoção de dispositivos e equipamentos que propiciem a economia de água nas edificações em áreas urbanizadas, nos prazos e condições estabelecidas por esta Lei.

Art. 2º. É obrigatório que os projetos construtivos e arquitetônicos das edificações não residenciais de uso coletivo adotem em suas especificações instalações

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

hidráulico-sanitárias, sistemas hidráulicos e dispositivos e equipamentos que propiciem a redução do consumo de água e sua vazão controlada.

§1º. São consideradas edificações não residenciais de uso coletivo, para os efeitos da presente Lei:

- I – os prédios públicos, conforme a definição legal;
- II – os edifícios comerciais constituídos por unidades autônomas destinados a escritórios, serviços do comércio, diversão e lazer;
- III – os prédios escolares públicos e privados;
- IV – os prédios destinados a serviços, tanto públicos quanto privados;
- V – os hotéis, motéis, apart-hotéis e outros destinados à locação de uso temporário, clubes e similares;
- VI – outras edificações, segundo dispuserem os órgãos competentes na esfera federal, estadual, do Distrito Federal e municípios.

§2º. As edificações já construídas e com “habite-se” expedido, e que possuam alvarás de construção regulamentemente concedidos até a data da publicação desta Lei, deverão adequar seus projetos de instalações hidráulico-sanitárias ao aqui disposto, observados os prazos estabelecidos pelas autoridades municipais, e que não poderão exceder ao limite de cinco anos contados da data da promulgação desta Lei.

Art. 3º. Dentre as instalações hidráulico-sanitárias, dispositivos e equipamentos a que se refere o artigo 2º. desta Lei, incluem-se obrigatoriamente:

- I – reservatórios de água potável com entradas de água dotadas de registros com fechamento automático;
- II – válvulas para mictórios com sistemas redutores e reguladores de vazão e fechamento automático;
- III – bacias sanitárias dimensionadas e compatíveis com sistemas de descarga com volume de descarga reduzido (VDR);
- IV – válvulas e torneiras com sistemas redutores de vazão e fechamento automático;
- V – torneiras em áreas externas com acionamento restrito.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Parágrafo único. Todos os dispositivos, equipamentos e sistemas hidráulico-sanitários de uso em edificações determinados por esta Lei deverão:

I – estar em conformidade com as normas, especificações e prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO;

II – atender a diretrizes e procedimentos estabelecidos nos programas setoriais de qualidade e conservação de recursos ambientais federais, estaduais, do Distrito Federal, e municipais.

Art. 4º. O Poder Executivo Federal poderá determinar a adoção de novas tecnologias que, comprovadamente, possibilitem o controle e a redução do consumo de água em instalações prediais.

Art. 5º. Os editais para contratação de projetos e obras de prédios e edificações pela Administração Pública deverão conter, expressamente, desde o Plano Básico adotado na fase interna da licitação, a obrigatoriedade do emprego de tecnologias que possibilitem o uso racional e econômico da água potável, nos termos desta Lei.

Art. 6º. Os editais para aquisição de peças e equipamentos, bem como os serviços envolvidos, destinados à reforma e à manutenção de edifícios públicos, deverão explicitar exigência de material que propicie o uso racional da água, atendidos os padrões de qualidade e segurança prescritas pelas normas técnicas aplicáveis.

Art. 7º. A partir do 5º. (quinto) ano da data de vigência desta Lei, todas as empresas concessionárias ou órgãos públicos prestadores de serviços de abastecimento de água deverá exigir, para o fornecimento a unidades autônomas, a instalação e o funcionamento de hidrômetros para medição individualizada do consumo pela unidade atendida.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Art. 8º. A partir do 5º. (quinto) ano da data de vigência desta Lei, somente serão aceitas para o registro imobiliário estabelecido na Lei no. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, as incorporações de prédios e construções em área urbana, que tenham instalados equipamentos economizadores do consumo de água, fiscalizados pelos órgãos competentes, que emitiram laudo prévio aprobatório desses equipamentos a ser devidamente anotado pelo Oficial do Registro Imobiliário na respectiva matrícula.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput deste artigo acarretará responsabilidade penal e administrativa pessoal do Oficial de Registro Imobiliário, por omissão de dever funcional.

Art. 9º. As agências públicas e os órgãos de financiamento federais somente destinarão recursos para financiar projetos que contemplem investimentos na construção ou reforma de edificações e prédios que se adequem aos ditames desta Lei.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de agosto de 2009.

Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

Relator